

Cláusula 5.ª

Em caso de atraso de quaisquer pagamentos por parte da República Popular de Moçambique nas datas aqui previstas será agravada a taxa de juro relativa aos montantes em dívida, em 2%, até à data do seu efectivo pagamento.

Cláusula 6.ª

Em caso de divergência na interpretação ou execução do presente Acordo, as Partes acordam em estabelecer imediatamente conversações tendentes a encontrar, num prazo de três meses, uma solução amigável.

Cláusula 7.ª

Todos os litígios emergentes do presente empréstimo que não possam ser solucionados amigavelmente, de comum acordo pelas Partes, serão submetidos ao Tribunal Internacional de Justiça, renunciando as Partes, expressamente, a qualquer outro foro.

Cláusula 8.ª

As Partes comprometem-se a celebrar até 30 de Novembro de 1989 o contrato necessário à execução das cláusulas do presente Acordo.

Cláusula 9.ª

Todas as comunicações, avisos e notificações que devem ser feitas às Partes nos termos do presente empréstimo deverão ser efectuadas para os seguintes endereços:

Para o mutuante:

Morada: Direcção-Geral do Tesouro, Portugal, Rua da Alfândega, 1194 Lisboa Codex, Portugal;

Para o mutuário:

Morada: Banco de Moçambique, Dir. da Dívida Externa, Avenida de 25 de Setembro, 1695 Maputo, República Popular de Moçambique (telex: 6-355, 6-240; telefax: 01025829718).

Maputo, 29 de Setembro de 1989.

Pela República de Portugal:

Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira,
Secretário de Estado Adjunto e das Finanças.

Pela República Popular de Moçambique:

Boaventura Celestino Langa Cossa,
Vice-Ministro das Finanças.

Acta adicional

Considerando que o Acordo entre a República Portuguesa e a República Popular de Moçambique para o 2.º Reescalamento da Dívida, celebrado em Maputo a 29 de Setembro de 1989, se revela desajustado

em alguns pontos face às realidades decorrentes da diversidade de situações a considerar:

O Governo da República Portuguesa e o Governo da República de Moçambique subscrevem a seguinte acta adicional ao referido Acordo:

Artigo 1.º

As cláusulas 3.ª, ponto 1), e 8.ª passam a ter a seguinte redacção:

Cláusula 3.ª

- 1) A primeira em 15 de Setembro de 1998 e a última em 15 de Março de 2008, tratando-se das dívidas de capital e juros contratuais, referidas nos pontos 1), 2) e 3) da cláusula 1.ª;

Cláusula 8.ª

As Partes comprometem-se a celebrar até 31 de Janeiro de 1991 o contrato necessário à execução das cláusulas do presente Acordo.

Artigo 2.º

A presente acta adicional entra em vigor na data da sua assinatura.

Feita em Lisboa, aos 13 de Dezembro de 1990, em dois originais em língua portuguesa, fazendo ambos os textos igualmente fé.

Pela República Portuguesa:

José Manuel Alves Elias da Costa, Secretário de Estado das Finanças.

Pela República Popular de Moçambique:

Jacinto Soares Veloso, Ministro da Cooperação.

MINISTÉRIO DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL**Decreto-Lei n.º 261/91**

de 25 de Julho

A partir de certa idade, a prestação de trabalho gera, progressivamente, maior tensão e cansaço físico, sobretudo quando o trabalhador revele dificuldade de adaptação a modificações tecnológicas e a novos processos de gestão que alteram as condições e o ambiente de trabalho. Em tal contexto, a resistência psicológica e física pode ser particularmente afectada quando ocorram insuficiências de qualificação profissional e de formação escolar básica e também perdas de aptidão ou, meramente, saturação profissional.

Existem, contudo, razões, tanto objectivas como subjectivas, que justificam regimes de trabalho que enquadrem, de forma voluntária e natural, soluções adequadas a manifestações físicas e psíquicas que a idade traz consigo.

O regime instituído pelo presente diploma, que se passa a designar como de pré-reforma, assume estes objectivos.

Aproveita-se a oportunidade para instituir apoios financeiros que confirmam eficácia à pré-reforma enquadrada em medidas de recuperação de empresas declaradas em situação económica difícil ao abrigo do Decreto-Lei n.º 353-H/77, de 29 de Agosto, em projectos de reestruturação desenvolvidos ao abrigo dos Decretos-Leis n.os 251/86, de 25 de Agosto, e 206/87, de 16 de Maio, ou em processos de recuperação de empresas nos termos do Decreto-Lei n.º 177/86, de 2 de Julho, abrindo-se, nestes casos, a possibilidade de os trabalhadores com idades mais avançadas, em alternativa à pré-reforma, requererem a reforma nas condições legais aplicáveis.

O regime ora instituído enquadra-se em objectivos de política social e económica já traduzidos noutros diplomas, como os que definiram a regulamentação de fundos de pensões, as prestações complementares de reforma, a pensão unificada e o pagamento retroactivo de contribuições relativas a períodos de exercício efectivo de actividade profissional por conta de outrem ou por conta própria, em que os interessados não apresentem carreira contributiva no âmbito do sistema de segurança social.

Saliente-se, finalmente, que as soluções vertidas no presente diploma integram o Acordo Económico e Social, celebrado em 19 de Outubro de 1990, em sede do Conselho Permanente de Concertação Social.

Foram ouvidos os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

O projecto de diploma foi submetido à discussão pública, com publicação na separata n.º 1 do *Boletim do Trabalho e Emprego*, de 27 de Fevereiro de 1991.

Foram recebidos diversos contributos de organizações de trabalhadores que concordam, na generalidade, com o regime contido no projecto, havendo, porém, quem sustente uma melhoria dos direitos sociais dos trabalhadores.

Assim:

Nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Objecto

O presente diploma estabelece o regime jurídico aplicável às situações de pré-reforma.

Artigo 2.º

Âmbito

1 — O presente diploma aplica-se aos trabalhadores por conta de outrem abrangidos pelo regime geral de segurança social.

2 — Ficam excluídos da aplicação do presente diploma os trabalhadores abrangidos pelo regime geral de segurança social cujo âmbito material não compreenda a protecção nas eventualidades de invalidez, velhice e morte.

Artigo 3.º

Noção de pré-reforma

Para efeitos do presente diploma considera-se pré-reforma a situação de suspensão ou redução da prestação de trabalho em que o trabalhador com idade

igual ou superior a 55 anos mantém o direito a receber da entidade empregadora uma prestação pecuniária mensal até à data da verificação de qualquer das situações previstas no n.º 1 do artigo 11.º

Artigo 4.º

Acordo de pré-reforma

1 — A situação de pré-reforma depende de acordo entre a entidade empregadora e o trabalhador.

2 — O acordo a que se refere o número anterior está sujeito a forma escrita, devendo ser assinado por ambas as partes e conter as seguintes indicações:

- a) Data de início da situação de pré-reforma;
- b) O montante da prestação de pré-reforma;
- c) Forma de organização do tempo de trabalho no caso de redução da prestação de trabalho.

3 — A entidade empregadora deve remeter o acordo de pré-reforma ao respectivo centro regional de segurança social, conjuntamente com a folha de remunerações relativa ao mês da sua entrada em vigor.

4 — Para efeitos da dedução prevista no n.º 2 do artigo 12.º, o trabalhador deve, no prazo máximo de 15 dias, comunicar à entidade empregadora ou ao centro de emprego que o abranja, respectivamente, o início de qualquer actividade profissional remunerada.

Artigo 5.º

Direitos dos trabalhadores em geral

1 — O trabalhador em situação de pré-reforma tem os direitos constantes do acordo celebrado com a entidade empregadora, sem prejuízo do disposto nos artigos seguintes.

2 — O trabalhador em situação de pré-reforma pode desenvolver outra actividade profissional remunerada, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 12.º

Artigo 6.º

Direitos de natureza remuneratória

1 — A prestação de pré-reforma inicialmente fixada, actualizável nos termos do número seguinte, não pode ser inferior a 25 % da última remuneração auferida pelo trabalhador nem superior a esta remuneração.

2 — Salvo estipulação em contrário constante do acordo de pré-reforma, a prestação referida no número anterior é actualizada anualmente em percentagem igual à do aumento de remuneração de que o trabalhador beneficiaria se estivesse ao serviço ou, caso não exista, à taxa de inflação.

3 — A prestação mensal goza de todas as garantias e privilégios reconhecidos à retribuição.

Artigo 7.º

Consequências do não pagamento da prestação de pré-reforma

No caso de falta de pagamento da prestação de pré-reforma, o trabalhador tem direito a optar entre rescindir o contrato com justa causa com direito à inden-

nização prevista nos n.os 2 e 3 do artigo 11.º e retomar o pleno exercício de funções, sem prejuízo da anti-
güidade, se a falta for culposa ou se a mora se pro-
longar por mais de 30 dias.

Artigo 8.º

Direitos em matéria de segurança social

1 — Na situação de pré-reforma, o trabalhador man-
tém o direito às prestações do sistema de segurança
social, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

2 — Quando a pré-reforma se traduza em suspensão
da prestação de trabalho, o trabalhador perde, nessa
qualidade, o direito aos subsídios de doença, materni-
dade ou paternidade e desemprego.

3 — Quando a pré-reforma se traduza em redução
da prestação de trabalho, o trabalhador mantém o
direito referido no número anterior, com base na remu-
neração auferida referente ao trabalho prestado.

4 — O disposto nos n.os 2 e 3 não prejudica a aq-
uisição do mesmo direito quando se verifique a entrada
de contribuições pelo exercício de outra actividade.

Artigo 9.º

Regime contributivo

1 — As entidades empregadoras e os trabalhadores
estão sujeitos a contribuições para a segurança social,
que incidem sobre o valor da remuneração que serviu
de base ao cálculo da prestação de pré-reforma do mês
a que respeitam.

2 — Às contribuições referidas no número anterior
são aplicadas as normas relativas ao pagamento das
contribuições devidas por remunerações, de acordo com
as seguintes taxas:

- a) 7 % e 3 %, a pagar, respectivamente, pela en-
tidade empregadora e pelo trabalhador, no caso
de este ter completado 37 anos de período con-
tributivo;
- b) 14,6 % e 7 %, a pagar, respectivamente, pela
entidade empregadora e pelo trabalhador, nos
restantes casos.

3 — Até 31 de Dezembro de 1995 considera-se que
há equivalência à entrada de contribuições até à idade
legal de reforma, a partir do momento em que o tra-
balhador complete 40 anos de período contributivo.

Artigo 10.º

Reforma por velhice

O trabalhador é considerado requerente da pensão
por velhice logo que complete a idade legal de reforma,
salvo se até essa data tiver ocorrido a extinção da situa-
ção de pré-reforma.

Artigo 11.º

Extinção da situação de pré-reforma

1 — A situação de pré-reforma extingue-se:

- a) Com a passagem à situação de pensionista por
limite de idade ou invalidez;

- b) Com o regresso ao pleno exercício de funções
por acordo entre o trabalhador e a entidade
empregadora ou nos termos do artigo 7.º;
- c) Com a cessação do contrato de trabalho.

2 — Sempre que a extinção da situação de pré-
reforma resulte de cessação do contrato de trabalho
que conferisse ao trabalhador direito a indemnização
ou compensação caso estivesse no pleno exercício das
suas funções, aquele tem direito a uma indemnização
correspondente ao montante das prestações de pré-
reforma até à idade legal de reforma.

3 — A indemnização referida no número anterior
tem por base a última prestação de pré-reforma devida,
nos termos do artigo 6.º, à data da cessação do con-
trato de trabalho.

4 — O trabalhador cuja pré-reforma se extinguiu por
motivo de cessação do contrato de trabalho e se encon-
tre em situação de desemprego involuntário tem direito
às prestações de desemprego nos termos legais.

5 — A extinção da situação de pré-reforma deve ser
mencionada na folha de remunerações relativa ao mês
da sua verificação.

Artigo 12.º

Situações especiais de pré-reforma antecipada

1 — Sempre que o acordo de pré-reforma se enqua-
dre em medidas de recuperação de empresas declara-
das em situação económica difícil ao abrigo do Decreto-
-Lei n.º 353-H/77, de 29 de Agosto, em projectos de
reestruturação desenvolvidos ao abrigo do Decreto-Lei
n.º 251/86, de 25 de Agosto, ou do n.º 2 do artigo 5.º
do Decreto-Lei n.º 206/87, de 16 de Maio, e, bem
assim, em processos de recuperação de empresas nos
termos do Decreto-Lei n.º 177/86, de 2 de Julho, e se
verifique o desequilíbrio económico-financeiro da enti-
dade empregadora, esta pode requerer:

- a) A equivalência, pelo prazo de 1 ano, prorro-
gável pelo período máximo de 12 meses, à
entrada de contribuições para os trabalhadores
pré-reformados;
- b) Uma comparticipação do Instituto do Emprego
e Formação Profissional no pagamento da presta-
ção de pré-reforma até metade do valor desta,
pelo prazo de 6 meses, prorrogável pelo período
máximo de 12 meses, salvo se, em relação ao
mesmo trabalhador, a empresa já tiver benefi-
ciado da comparticipação financeira prevista no
artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 398/83, de 2 de
Novembro;
- c) Relativamente aos trabalhadores que tenham
completado 60 anos, em alternativa à pré-
reforma, a possibilidade de requererem a
reforma antecipada nas condições legais apli-
cáveis.

2 — A comparticipação prevista na alínea b) do
número anterior não pode, em qualquer caso, exceder
a remuneração mínima mensal garantida por lei, sendo
deduzida dos rendimentos de trabalho auferidos pelo
trabalhador no exercício de actividade profissional após
passagem à situação de pré-reforma, independentemente
do estipulado no acordo de pré-reforma.

3 — A prorrogação dos benefícios é concedida
mediante requerimento da entidade empregadora em

que se prove a manutenção das condições que fundamentaram a sua concessão inicial.

4 — O disposto no n.º 1 é igualmente aplicável às actividades ou empresas afectadas pelo impacte económico e social das referidas reestruturações, cuja situação seja expressamente reconhecida por portaria conjunta dos Ministros das Finanças, do Planeamento e da Administração do Território e do Emprego e da Segurança Social e responsável pelo respectivo sector de actividade, ouvido o Conselho Permanente de Concertação Social.

Artigo 13.º

Salvaguarda de situações já constituídas

O regime estabelecido no presente diploma não prejudica as situações globalmente mais favoráveis já constituídas ao abrigo de disposições convencionais.

Artigo 14.º

Sanções

1 — A violação das obrigações decorrentes do presente diploma em matéria de segurança social é punida nos termos do estabelecido no Decreto-Lei n.º 64/89, de 25 de Fevereiro.

2 — O incumprimento do dever de comunicação ao centro de emprego estabelecido no n.º 4 do artigo 4.º constitui contra-ordenação punível com coima de 10 000\$ a 50 000\$, a aplicar pelo respectivo director.

3 — A falta de pagamento pontual da prestação de pré-reforma é punida nos termos estabelecidos na regulamentação geral do contrato individual de trabalho para a falta de pagamento pontual da retribuição.

4 — A aplicação das sanções pela infracção referida no número anterior compete à Inspecção-Geral do Trabalho.

5 — O produto das multas reverte para o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

6 — Sem prejuízo do disposto nos artigos 181.º e seguintes do Código de Processo do Trabalho, as multas pela violação do disposto no presente diploma serão aplicadas na sentença proferida nas acções cíveis em que se provem tais violações, tendo a propositura da acção o efeito interruptivo previsto no n.º 2 do artigo 184.º do mesmo Código.

Artigo 15.º

Regiões Autónomas

O presente diploma aplica-se nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, sem prejuízo das adaptações decorrentes das competências próprias dos seus órgãos e serviços que vierem a ser introduzidas por decreto legislativo regional.

Artigo 16.º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor em todo o território nacional no dia 1 do mês seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 9 de Maio de 1991. — *Antbal António Cavaco Silva* — *Mário Fernando de Campos Pinto* — *Lino Dias Miguel* — *Luís Miguel Couceiro Pizarro Beza* — *Luís Francisco Valente de Oliveira* — *Álvaro José Brilhante Laborinho Lúcio* — *Arlindo Marques da Cunha* — *Luís Fernando Mira Amaral* — *Joaquim Martins Ferreira do Amaral* — *José Albino da Silva Peneda* — *Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira*.

Promulgado em 15 de Julho de 1991.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 15 de Julho de 1991.

O Primeiro-Ministro, *Antbal António Cavaco Silva*.